

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Burocracia eleva custo dos impostos

Valor Econômico - 18/11/2015

Saete Silva

Quem quer estar em dia com o Fisco tem de enfrentar o excesso de tributos e de obrigações acessórias, além da dificuldade de interpretação das normas. Muitas companhias recorrem a ações tributárias. Só na segunda instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) há em discussão cerca de R\$ 600 bilhões, segundo o sócio do Escritório Dias de Souza Advogados Associados, Douglas Guidini Odorizzi. Ainda em nível federal, há mais R\$ 1 trilhão em execuções fiscais perante o Judiciário.

Desse total, uma parte, segundo Odorizzi, é incobrável. "Os gastos com pessoal e sistema para gestão da dívida é muito grande, basta ver que a Receita Federal consumiu R\$ 7,4 bilhões em 2014", destaca. As empresas, ele aponta, também perdem com isso. Levar a questão para litígio, explica, pode reduzir o valor das sociedades, aumentar o custo de gestão dos passivos em discussão e causar insegurança entre credores, analistas e potenciais investidores.

O maior cruzamento de dados pelos órgãos públicos contribuiu de um lado para combater a sonegação, segundo analisam alguns tributaristas, mas por outro, dificultou o trabalho e aumentou o custo das empresas. Segundo estudo elaborado pelo Banco Mundial, em parceria com a PW&C, o tempo gasto para recolhimento de tributos no Brasil, o que envolve a coleta, preparação de informações preenchimento de formulário, entrega de informações e pagamento, é de 2.600 horas por ano. O segundo colocado entre 183 países é a Bolívia, com gasto de 1.025 horas. O Botsuana, país que sequer conta com instrumentos eletrônicos gasta 152 horas.

"A quantidade excessiva de normas tributárias requer uma equipe grande para acompanhá-las, onerando o trabalho e o Custo Brasil", diz o sócio de Impostos da KPMG, Pedro Anders. A burocracia e o excesso de impostos, calcula, fazem com que o custo dos tributos em relação ao faturamento varie de 30% a 70% do faturamento das companhias dependendo do setor e dos produtos.

"Sonegação e uso de medidas legítimas pelo empresário para defender seu entendimento das regras são coisas distintas", salienta Washington Coelho, sócio de tributos da Ernst & Young. As empresas, ele explica, têm dificuldade de administrar as obrigações fiscais em especial por causa do excesso de normas.

Esse complexo sistema tributário, avalia, tende a afugentar investidores estrangeiros.

"Empresas brasileiras ficam em desvantagens na questão tributária em relação às suas concorrentes de países do Brics e da região", afirma. Anders, da KPMG concorda: o Brasil necessita entre dez e 12 pessoas a mais para cuidar dos impostos do que outros países.

O superintendente-adjunto da Receita Federal em São Paulo, Fábio Ejchel, discorda. "O sistema fiscal é complexo há muitos anos e, mesmo assim tivemos fases de grandes investimentos no país. Segurança jurídica, estabilidade econômica e política, ética pública pesam mais do que o sistema fiscal", afirma.

Segundo ele, a Receita vem trabalhando para reduzir a burocracia investindo em especial na uniformização de procedimentos e legislação no âmbito estadual. "São 26 estados e um Distrito Federal, cada um com suas particularidades e formas de cobrança de tributos diversas e essa é em geral a maior reclamação dos empresários", afirma.

Estados e municípios também se movimentam para reduzir a burocracia e combater a sonegação. Em Balneário Camboriú, em Santa Catarina, em média 65% da arrecadação é proveniente de receitas do próprio município, segundo o secretário municipal da Fazenda, André Furlan Meirinho. As empresas que contribuem para isso em especial são os setores de construção civil e de ramo imobiliário cujos negócios são impulsionados pelo turismo da cidade, uma das dez que mais recebem visitantes estrangeiros do país.

Além disso o município, o secretário informa, investe na modernização do sistema de gestão municipal e na adequação da legislação. "Para reduzir a burocracia estamos fazendo parcerias com cartórios e registros de imóveis que vão beneficiar a arrecadação de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)", relata.

O Estado de Alagoas aprovou, há pouco mais de um mês, uma legislação para combater os devedores contumazes de ICMS. Pela nova lei, os contribuintes que reiteradamente praticam infração à legislação tributária será obrigado a antecipar pagamento do imposto, além de serem excluídos dos incentivos fiscais, entre outras penalidades.

"É a única forma de combater a fraude estruturada de quem atua gerando impostos em diversos estados e não pagando", explica o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro. Ele citou o caso conhecido como operação Robusta em que empresas no Espírito Santo, para sonegar ICMS, simulavam, mediante notas fiscais inidôneas, a compra de café de empresas de fachada de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Tributaristas e representantes de órgãos arrecadadores de impostos concordam que é necessário racionalizar o sistema por meio de uma reforma tributária para simplificar, reduzir custos e garantir a arrecadação. O momento econômico não propicia, mas algumas medidas podem ser tomadas, aponta Odorizzi, como a redução do número de declarações e informações, além da diminuição do número de regimes de apuração dos mesmos tributos, como PIS/Cofins, que apresentam diversos sistemas, regimes e alíquotas.

Globo On Line

Levy se diz 'tranquilo' sobre permanência no cargo

18/11/2015

Ministro espera que o Congresso aprove nesta quarta-feira a nova meta fiscal de 2015

BRASÍLIA - Após a declaração de apoio da presidente Dilma Rousseff à permanência de Joaquim Levy como ministro da Fazenda, durante a Cúpula do G20, na semana passada, o titular da pasta disse estar "tranquilo". Questionado pela imprensa se a fala da chefe de Estado o aliviou, o ministro minimizou.

- Estou sempre tranquilo, calma. Eu não estou tranquilo é com vocês aqui com medo de tropeçar. Esse negócio desses caras andarem de costas me deixa extremamente intranquilo - brincou, se referindo aos cinegrafistas que o filmavam na saída da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde o ministro falou sobre o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que propõe limites para a dívida pública.

O ministro enfrentou, na semana passada, uma nova polêmica em torno de sua permanência no cargo e foi atacado novamente pelo ex-presidente Lula pelo ajuste fiscal que encabeça no governo. Chegou a cogitar-se, mais uma vez, o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para o posto. Interrogado novamente se a aprovação da alteração da meta de 2015 e da manutenção do veto ao reajuste do Judiciário, ambos votados ontem, o fortaleciam no cargo, Levy desconversou novamente.

- Eu acho que elas (as medidas) fortalecem o Brasil, elas mostram a decisão das pessoas evoluírem.

Levy emendou ainda que avaliou positivamente as conquistas do governo no Congresso ontem. Para ele, a aprovação reforça "o compromisso da sociedade brasileira para a gente superar essa fase, para a gente fazer essa transição do período pós-boom das commodities".

META FISCAL

Joaquim Levy disse que espera que o plenário do Senado aprove hoje projetos de interesse do governo que estão previstos na pauta, entre eles, a alteração da meta fiscal de 2015 e a fixação de pagamento para os conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf):

- São projetos que permitem uma melhora da governança das estruturas públicas.

Segundo Levy, o novo Carf, que passou por uma estruturação depois que foi descoberto um esquema de corrupção no órgão, vai atuar de forma transparente e tomar decisões que vão servir de orientação para a Receita e para os próprios contribuintes.

UOL

Levy vai ao Senado debater dívida pública e elogia veto a aumento do Judiciário

18/11/2015

Brasília - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) abriu na manhã desta quarta-feira, 18, audiência pública para discutir o projeto de resolução do Senado sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União.

De acordo com o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se convidou para a reunião. Inicialmente, o convidado era o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive. O ministro se convidou porque

quer debater esse assunto. Está mais fácil trazer o ministro da Fazenda do que o presidente da Petrobras , brincou Amaral.

Já no Senado, Levy ressaltou a importância da decisão do Congresso, que manteve ontem o veto da presidente Dilma Rousseff ao reajuste dos servidores do Judiciário. Espero que hoje a sessão também transcorra com a mesma qualidade e que também possam ser votados os PLNs 3, 4 e 5 , disse no início de sua fala durante audiência pública na CAE.

Segundo o ministro, o PLN 3 terá impacto importante na máquina pública porque permite o pagamento dos conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A reforma do Carf é atividade pró crescimento e reduz insegurança jurídica, temos a chance de discutir projeto que melhora bem estar da população , afirmou o ministro.

A audiência tem como objetivo discutir o limite global para o montante da dívida consolidada da União. Sobre isso, Levy afirmou que seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) faz o país mais forte, é bom para a economia e para o cidadão

Jota Info

Fazenda nomeia mais cinco conselheiros para o Carf

18/11/2015

O Ministério da Fazenda publicou, nesta quarta-feira (18/11) a nomeação de mais cinco julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), tribunal que julga questionamentos dos contribuintes contra cobranças da Receita Federal.

Os nomeados representarão os contribuintes até 30 de novembro de 2017, e comporão o conselheiro na fase pós-Zelotes, que investiga esquema de corrupção, compra de votos e manipulação de julgamentos no Carf.

Diante da deflagração da Operação, o governo suspendeu os julgamentos no órgão em março e, agora, aguarda o Congresso aprovar o PLN nº 3 que libera recursos para pagamento das remunerações aos conselheiros representantes dos contribuintes. Somente depois dessa votação é que haverá condições de retomar os julgamentos ainda este ano.

Nesta terça-feira (17/11), o JOTA informou que o governo conseguiu incluir a despesa com as remunerações dos conselheiros no Orçamento de 2016 o que, na prática, viabiliza o funcionamento do tribunal no próximo ano.

Veja os nomes e os currículos dos novos conselheiros:

Aurora Tomazini de Carvalho

Primeira Turma Ordinária da Quarta Câmara da Primeira Seção de Julgamento.

É advogada, doutora em Filosofia do Direito pela PUC/SP, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP, professora dos cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Estadual de Londrina, dos cursos de Pós Graduação da PUC/SP e do IBET; e Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Constructivismo Lógico-Semântico do IBET.

Semíramis de Oliveira Duro

Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento.

Mestranda em Direito Tributário pela PUC-SP (2013-2015). Graduada em Direito pela PUC-SP (1998-2002). Integrante do corpo editorial da Editora Noeses. Professora do Curso de Especialização em Direito Tributário do IBET/SP e da

COGEAE PUC/SP. Pesquisadora-responsável do Notus, publicação institucional do IBET. Integrante do Grupo de Pesquisa do IBET/SP "Direito Tributário, Linguagem e Método". Integrante do Grupo de Pesquisa "Pacto Federativo e as Implicações Tributárias e Orçamentárias ao Lume da Cidadania", da Universidade Mackenzie.

Tatiana Josefovicz Belisário

Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Terceira Seção de Julgamento.

Advogada do escritório Portela, Lima & Colen. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Graduada em Direito Tributário pela Faculdade Milton Campos.

Sarah Maria Linhares de Araújo

Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento.

Advogada com experiência em Direito Tributário, especialista em Direito Tributário pela Unicuritiba, mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutora em Direito do Estado pela UFPR, com período sanduíche na Universidad de Granada - Espanha - bolsista CAPES (nacional e internacional). É professora nas Faculdades Dom Bosco, ministra aulas na graduação nas disciplinas de Direito da Seguridade Social, Direito Econômico e Direito Ambiental, além de ministrar aulas em cursos de especialização na área do Direito Tributário. Possui grupo de pesquisas na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST) denominado Tributação e Mudança Social, e, na Faculdade Dom Bosco, denominado Sustentabilidade: uma questão de vida.

Manoel Silva Gonzalez

Segunda Turma Ordinária da Quarta Câmara da Primeira Seção de Julgamento.

Advogado na Bahia

G1

MPF deve denunciar nos próximos dias caso de suposta venda de MPs na Zelotes

18/11/2015

O Ministério Público Federal deve denunciar à Justiça nos próximos dias, no âmbito da operação Zelotes, os acusados de envolvimento na suposta negociação de três medidas provisórias que beneficiariam o setor automotivo, segundo apurou o Blog .

A Força-Tarefa desmembrou a investigação e abriu 11 inquéritos policiais que tramitam separadamente na operação, tocada pela Receita Federal, corregedoria do Ministério da Fazenda, Polícia Federal e o próprio MPF. Cada um desses inquéritos pode embasar uma denúncia produzida pelo MPF, a ser apresentada à Justiça.

Enquanto dez deles envolvem suspeitas de compra de decisões junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), principal alvo da operação, um apura o caso das MPs, normas editadas pelo presidente da República que têm força de lei e entram em vigor imediatamente após a edição.

No inquérito que investiga as MPs, no entanto, as denúncias deverão ser feitas até o final do mês, já que a Justiça concedeu prisão de seis investigados (uma delas domiciliar). Em casos que envolvem presos, a legislação prevê 30 dias para proposição de ação penal. As prisões aconteceram no dia 26 de outubro, quando foi deflagrada a quarta fase da operação.